

# O imaginário social brasileiro sobre o negro: implicações na educação.

*Jacira Reis da Silva\**

---

---

## **Resumo**

O presente trabalho busca discutir as relações inter-étnicas na escola, tendo como pano de fundo o referencial sobre o imaginário social e como recorte temático a etnia negra. Na primeira parte, alguns dos motivos que determinaram o recorte étnico são apresentados. Algumas concepções sobre imaginário social também são apontadas. Os elementos considerados relevantes para a construção do imaginário social brasileiro sobre o povo negro, são trazidos através de uma breve retrospectiva histórica, na segunda parte do trabalho. A última etapa, revela os reflexos deste imaginário na educação, exemplificados pelas palavras de alunos do Primeiro Grau.

**Palavras- chave:** imaginário social, povo negro, educação

## **Abstract**

The present work aims at discussing inter-ethnic relations in schools, against the background of the social imaginary theory and centering on the black ethnic group. In the first part of the work, some of the motives that determine the choice related to the ethnic group and to the theoretical background are presented. Some conceptions about social imaginary owe also pointed out. The elements considered relevant for the construction of the Brazilian social imaginary related to black people are brought out through a brief historical retrospective in the second part of the work. The last part reveals the reflex of this imaginary in education, based on the words of "Primeiro Grau" pupils.

**Key- words:** social imaginary, black people, education.

---

\*Professora do Departamento de Ensino, FaE/UFPeI; doutoranda na UFRGS

*Sabe o que Deus disse ao fazer o segundo negro?  
 Droga, queimei de novo!  
 Sabe quando negro vai à escola?  
 Quando ela está em construção.*

## **1. Considerações sobre o imaginário social como referencial teórico**

Dentre as várias perspectivas sob as quais pode-se abordar a temática étnica, optei pelo recorte da etnia negra, tendo por referência minha experiência como professora em escolas públicas e a convivência com grupos negros junto ao Movimento Popular.

O contato com essa realidade foi revelando a opressão do povo negro em geral e da criança negra, em particular, tanto dentro como fora da escola. A partir dessas experiências procurei realizar estudos mais sistemáticos, que me auxiliassem a perceber as diferentes e contraditórias relações que envolvem o processo de escolarização dos negros brasileiros.

Nesses estudos, em geral, me apoiei em abordagens interpretativas de cunho histórico-sociológicas, ressaltando o enfoque cultural, calcado em explicações macro-sociais. Embora essa seja um linha de interpretação consistente me parece, hoje, que ela não dá conta, sozinha, de aprofundar uma reflexão que possibilite compreender com mais clareza a complexidade das relações sociais.

Na busca de outros paradigmas de análise, penso que procurar compreender as relações étnicas tendo como suporte o imaginário social, abre a possibilidade de se discutir a complexa relação entre o social e o individual na constituição nas diferentes sociedade.

Parece-me que esse aporte teórico, não só, possibilita um relativo distanciamento das interpretações sociológicas mais tradicionais - calcadas em aspectos economicistas e macro-estruturais - mas, de certa forma, as inverte, pois como analisa Castoriadis, não são as formas como os homens se organizam para produzir que determinam a forma e o tipo de relações sociais que os grupos mantêm entre si mas, ao contrário, essas formas são produtos da rede simbólica que determina esse ou aquele tipo de organização. (Castoriadis, 1982).

Nessa mesma direção, Córdova diz que:

"A instituição social é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis, um componente funcional e um componente imaginário. Cada sociedade se constitui por um conjunto de significações que lhe dão identidade e unidade. É por meio

dessas significações que os homens percebem, vivem, pensam e agem. Ou seja, a instituição social é produto do imaginário, se constitui no magma de significações imaginárias sociais atuantes, operantes, em uso, cada vez, por uma determinada sociedade. Se são essas significações que instituem a sociedade, são elas que presentificadas na dimensão funcional organizam a sociedade, através da rede de sentidos que institui as práticas materiais necessárias a esta organização." (Córdova, 1994:29)

A considerar-se essa perspectiva, o que instituiu o imaginário brasileiro sobre o negro não foi apenas o fato dele ter sido o sustentáculo do escravismo brasileiro por mais de 300 anos; mas também o fato de que a forma como se instituiu a escravidão no Brasil já trazia embutida, em si, um conjunto de significações sobre ser escravo e ser negro. Foram essas significações que, de certa forma, determinaram o jeito e o sentido que foram dados às práticas materiais necessárias à organização escravista. Nesse processo construíram-se outras redes de sentido e outras significações, a partir do próprio contexto escravista, que mesmo após a "abolição", garantiu a construção da idéia de negro que permeia o imaginário social brasileiro, até hoje. Na retrospectiva histórica sobre a instituição desse imaginário, poderemos observar alguns dos elementos desse processo.

Além disso, trabalhar a partir da perspectiva do imaginário permite perceber as intrincadas relações de poder que, mediante complexos sistemas simbólicos, produzem as redes de sentidos. O imaginário torna-se, assim,

[...] campo de investigação do político e das relações de poder, na medida em que exercer um poder simbólico não consiste em acrescentar o ilusório a um potencial real, mas sim duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos, e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio mascarando, assim, os problemas reais, as pressões, os conflitos cotidianamente vividos pelos indivíduos." (Backzco, Apud. Teves e Eizirik, 1994:8)

Campo de investigação que permite perceber o intrincado jogo de poder que permeava as relações senhor/escravo e escravo/escravo, na medida em que, tratamentos diferenciados, produzia percepções diferenciadas e atribuição de diferentes sentidos a essas relações. Percepções e sentidos que determinam a rejeição ou a aceitação de relações paternalistas que, em última instância, servem para as manutenção das relações de poder, passadas e atuais.

Além desse aspecto mais direcionado ao meio social, o campo do imaginário também abarca uma dimensão individual, mais subjetiva. Sobre isso, Nilda Teves, aponta o imaginário como *“um campo que envolve desejos, ficções, fantasias, percepções de como eu me vejo, como me projeto, como me sinto, como me enuncio a mim mesmo dentro dessa rede de relações.”* (Teves, 1994:1). Esse é outro enfoque relevante quando se pretende compreender os processos de constituição do indivíduo enquanto sujeito singular, nas relações com seu grupo de pertença e com outros grupos sociais. No caso da temática em pauta, é uma importante dimensão para se tentar compreender os mecanismos de aceitação ou rejeição das relações paternalistas e a introjeção da ideologia do branqueamento.

A partir dessa abordagem teórica mais geral é importante, ainda, explicitar em que sentido estamos utilizando o termo *imaginário* enquanto conceito teórico.

Imaginário está sendo entendido, aqui, como:

"Sistema de representações cujos sentidos traduzem um sistema de crenças que em última instância legitima a ordem social vigente. Produções de sentido que circulam na sociedade, e que permitem a regulação de comportamentos, de identificações, de distribuição de papéis sociais." (Teves e Eizirik, 1994:6-7).

Por outro lado, assume também o sentido de "imaginação produtiva, criadora", uma vez que esse mesmo sistema de representações pode gerar "possibilidade reflexiva na medida em que os estereótipos sociais produzidos pelo imaginário social se colocam para as consciências como expressões e objetos de reflexão" (Capalbo, s/d: 204-5)

Nesse sentido, o imaginário funciona como "elemento de autonomia, como propulsor da luta pela desmistificação, através do reconhecimento da sujeição dos homens às criações imaginárias da sociedade capitalista e pela superação do imaginário opressor e mistificador." (Castoriadis, Apud. Córdova, 1994:34).

## **2. Elementos históricos instituintes do imaginário social brasileiro sobre o negro.**

A formação social brasileira tem como um de seus elementos instituintes a forma como, historicamente, a Europa procurou encontrar respostas para seus problemas econômicos, sociais e políticos. Entre esses problemas estava a urgência em resolver as crises provocadas pela desintegração da vida feudal e pela emergência de um novo modo de produzir e organizar a sociedade: o capitalismo emergindo em sua forma primitiva - o pré-capitalismo.

A urgência em resolver essa crise levará a Europa a *sair de si* em busca de soluções *para si*. A estratégia adotada foi a procura de novas terras, mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas. Dentre os fatores que sustentaram esse processo expansionista estão: a formação das Monarquias Nacionais, no plano político; a política mercantilista, no plano econômico; o Renascimento, no plano cultural e a Reforma, no plano religioso.

No bojo desse processo, estava presente o imaginário de uma nova classe social emergente do desenvolvimento comercial: a burguesia. Rubem Alves, referindo-se a esse fato aponta que: *"foi de uma classe que se encontrava no meio que surgiu uma atividade econômica que corroeu as coisas e os símbolos do mundo medieval. [...] na medida em que essa classe se impôs, processou-se uma enorme revolução no campo dos símbolos."* (Alves, 1984:43-4)

Maria Cristina Costa, referindo-se ao modo como a burguesia promoveu essa *revolução simbólica* diz que ela seguiu uma tendência mais ou menos geral da história, ou seja: *"quando se torna necessário modificar uma certa ordem de coisas o homem busca no passado novas idéias para solucionar seus problemas"* (Costa, 1986:41). A burguesia não fugiu à regra e, para garantir seu espaço, retomou da antiguidade clássica greco-romana as "novas idéias" que poderiam lhe favorecer. Esse retorno ao passado vai caracterizar o movimento cultural conhecido, historicamente, como Renascimento - primeira manifestação cultural burguesa - que, na época, representou uma reação aos padrões culturais medievais.

Também Enrique Dussel, refere-se a esse fato, quando aponta que os fundamentos da cosmovisão que determinaram e presidiram a expansão, conquista, colonização e escravização dos povos latino-americanos, tomaram forma a partir de duas vertentes: de um lado o universo simbólico religioso dos hebreus e cristãos, de origem semita, predominantes na Idade Média; de outro, as tradições greco-romanas, de origem indo-européia, recuperadas pela burguesia renascentista. Essas duas vertentes, que possuem visões de mundo distintas, fundiram-se, transformaram-se mutuamente e deram origem a um novo imaginário que marcará profundamente o pensamento do homem moderno europeu. Nesse processo de assimilação o pensamento europeu priorizará o racional, e negará o mítico, o simbólico, reinterpretando-os a partir de uma visão calcada na necessidade do domínio, do controle, da conquista. (Dussel, 1975)

Esse imaginário, ao reeditar a organização jurídico-administrativa romana, ao recuperar o dualismo antropológico grego consolidando a clássica divisão entre corpo/alma, trabalho manual/intelectual, saber/fazer,

senhor/escravo e ao reestruturar o discurso teológico da cristandade medieval, irá consolidar o princípio da dominação.

Tendo por base esse imaginário, a conquista da América não poderia ter tido forma diferente da que teve. Era inconcebível para o europeu a existência de povos que ainda se expressavam através do mito e se organizavam de forma comunitária, como os nativos americanos e algumas tribos africanas.

Como diz Sandra Pesavento: "*ao chegar a América, pela primeira vez o europeu se reconheceu como tal e assume uma identidade. Surge o diferente, o americano desconhecido. Ressurgem as utopias medievais do Paraíso Terrestre, do Eldorado, da Terra Prometida.*" (Pesavento, 1995) <sup>1</sup> Essas utopias, aliadas aos interesses econômicos e políticos da época, moldaram o tipo de conquista. A utopia da Terra Prometida, como veremos mais adiante, terá papel fundamental na legitimação do imaginário escravista colonial, através do discurso teológico da cristandade medieval.

Conquistar esse paraíso, essa terra, frente a esse *outro* portador de um *outro imaginário*, coloca a necessidade do domínio, do controle, e a estrutura econômica, social, política e cultural das colônias latino-americanas foi moldada conforme este imaginário europeu predominante.

É no confronto desses imaginários que se revelará a brutalidade da colonização. É esse confronto que instituirá um novo imaginário que, por sua vez, reinstituirá a organização social brasileira.

Não cabe fazer, aqui, uma retrospectiva histórica de todo o processo de implantação do escravismo no Brasil, nem sobre os motivos econômicos que determinaram a utilização da mão-de-obra escrava negra, de forma majoritária. Mas é importante destacar alguns aspectos que parecem ser determinantes da constituição do imaginário sobre o negro brasileiro.

No Brasil, onde o escravo foi, predominantemente, o africano negro, o passo fundamental para a constituição desse imaginário foi a "*ressocialização do africano enquanto escravo e deste enquanto negro.*"<sup>2</sup> Vários foram os mecanismos utilizados para promover essa ressocialização.

Dentre eles, retomo àqueles que já estavam presentes no imaginário europeu quando da chegada destes na América: a estrutura jurídica romana, o dualismo antropológico grego e o discurso medieval.<sup>3</sup> Penso serem esses, entre outros, os mecanismos legitimadores das práticas sociais escravista.

---

<sup>1</sup> Essa afirmação foi emitida pela autora na sua palestra, intitulada *O Imaginário das Américas*, durante a **II Jornada Regional de Estudos em Psicologia da Educação**, promovida pela FaE/UFPel, de 21 a 24/08/95.

<sup>2</sup>Essa expressão é largamente utilizada por Otávio Ianni na obra intitulada *Metamorfoses do Escravo*. Vide Referência Bibliográfica.

<sup>3</sup> Vide a respeito desse assunto, especialmente, a análise de Anibal Ponce. Obra citada nas Referências Bibliográficas.

Uma análise relacionada dos mesmos permite uma compreensão aproximada da gênese de nosso imaginário sobre o negro.

Quando a escravidão africana foi introduzida no Novo Mundo já era uma instituição comum na Europa. Nesse sentido, Eduardo Hoornaert afirma que: "muito antes da colonização da América Latina, já existia na Europa, sobretudo nas áreas em torno do mar Mediterrâneo, uma "doutrina comum", entre os cristãos, acerca do negro e da escravidão, [...] fruto de uma longa convivência com o africano desde os tempos do Império Romano." (Hoornaert, 1988:16)

Durante a Idade Média, o negro já fazia parte da vida cotidiana dos conventos, das casas ricas e fazendas, da Península Ibérica. Nessa época os portugueses já eram senhores do mercado africano de escravos.

Em decorrência desses fatos, já existia entre os europeus um "*estado de espírito*", um senso comum que não mais estranhava a mão-de-obra escrava negra colocada a serviço dos brancos. Parece, então, que desde épocas remotas já estavam sedimentados os princípios da escravidão em geral e do negro, em particular.

Assim sendo, as relações sociais entre brancos e negros no período escravista são determinadas não só pela posição de classe - senhor/escravo - mas de igual modo pela visão de homem que condiciona quem devia ser senhor e quem devia ser escravo. Ou seja, por uma determinada forma cultural de ver o *outro*.

É do conhecimento de todos nós que a tentativa de destruição psicológica do negro começa pelo processo de destruição sócio-cultural, iniciado com seu apresamento no continente africano, para acentuar-se durante sua presença no Brasil, como escravo.

Desde sua captura o africano negro sofria violenta agressão à sua pessoa ao ter seu nome substituído através do batismo, ser marcado com fogo e retirado do convívio de sua família, tribo, terra. Essa agressão continuava na travessia do mar - meses nos porões de navios, ignorando tudo a respeito de sua vida futura. Esse era o primeiro passo do processo de *coisificação, de desenraizamento* do africano que iria se agravar, ainda mais, ao chegar na colônia onde era leiloado em mercados públicos como se fossem objetos ou animais. Era tornado propriedade do senhor e, enquanto tal, "equiparado às coisas podendo ser vendido, doado, penhorado, alugado." (Freitas, 1980:20)

Sua posição no mundo do trabalho escravista era o que determinava, de certa forma, as redes de sociabilidade. A posição diferenciada no sistema econômico e sociocultural gerava relações sociais, também, diferenciadas. Fazia-se distinção entre os escravos domésticos e os do eito; entre os

nascidos no Brasil e os vindos da África, entre os crioulos e os ladinos, entre homens e mulheres, entre cozinheiras e mucamas, por exemplo

Além disso, os mecanismos utilizados na ressocialização foram os mais diversos: alguns explicitamente coercitivos e outros sutilmente persuasivos. Dentre os primeiros, pode-se destacar a coerção física exercida pelos maus tratos, o tronco, a extração do sobre-trabalho para "transformá-lo em exemplo para todo o grupo, coibindo insubordinações que afetassem os interesses dos senhores e os da ordem estabelecida." Entre os segundos, salienta-se a instabilidade quanto ao que era permitido e/ou proibido. Por exemplo: quando podiam operar como mecanismos de relaxamento das tensões ou como absorção do ócio da escravaria "eram permitidas algumas expressões culturais próprias como o batuque e os fandangos". (Ianni, 1988:141) Por outro lado, havia o cerceamento das expressões religiosas e a imposição da língua portuguesa como idioma comum. Essa instabilidade provocava "profundas alterações na identidade cultural, lingüística e religiosa dos africanos." (Vainfas, 1986:39) Da mesma forma, tornava-se difícil, a partir das redes de relações sociais estabelecidas, tipificar um padrão homogêneo de convivência social e de percepção da rede de sentidos em circulação na sociedade.

Outro fator relevante na legitimação da escravidão africana e na instituição do imaginário social brasileiro, sobre o negro, foi a retomada do discurso teológico da cristandade medieval.

A prática de batizar o negro, trocar seu nome por um *nome cristão* e marcá-lo a fogo com uma cruz era, aos olhos do colonizador, uma forma de retirá-lo da barbárie e do pecado; era trazer-lhe a salvação e a graça. A escravidão servia também como penitência, sendo justificada como sacrifício em favor da salvação da alma. Recorrendo a vários dos sermões proferidos pelos padres e missionários da época pode-se exemplificar a afirmação anterior.

Nesse sentido, embora longa, vale a citação de alguns excertos de um dos Sermões de Pe. Vieira:

"Bem aventurados vós se soubéreis conhecer a fortuna do vosso estado e com a conformidade e imitação de tão alta e divina semelhança aproveitar e santificar o trabalho. [...] Em um engenho sois imitadores do Cristo crucificado [...] porque padeceis de um modo muito semelhante ao que o Senhor padeceu na cruz e em toda sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram canas, porque duas vezes entraram na paixão: uma vez servindo para o escárnio e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A paixão de Cristo parte foi de noite sem

dormir, parte de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e vossos dias. Cristo despido e vós despidos; Cristo sem comer vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio." (Vieira, Apud. Vainfas, 1986:101)

Ainda justificando a escravidão, a cristandade colonial recuperou o modelo bíblico da transmigração babilônica. É mais uma vez Pe. Vieira quem dá o exemplo dessa relação:

"Vós sois os irmãos da "preparação de Deus" na transmigração presente do cativo porque o fogo de Deus neste estado vos imprimiu a marca de cativos; e posto que essa seja de opressão, também como fogo vos alumiu justamente porque vos trouxe a luz da fé. Mas neste mesmo estado da primeira transmigração, que é a do cativo temporal, vos estão preparando para a segunda transmigração, que é a da liberdade eterna." (Vieira, Apud. Vainfas, 1986:24)

Neste aspecto Hoornaert analisa que o Brasil seria comparável à Babilônia, onde, segundo o relato bíblico, os israelitas foram, ao mesmo tempo, castigados e iluminados. Aqui os negros deveriam ser castigados para que se apagasse a maldição de Cam e, também, fossem iluminados pela fé. Salienta o autor que nessa *geografia teológica* existem três lugares para o negro:

"A África, comparável ao inferno, onde reina o cativo do corpo e da alma;  
o Brasil, espécie de purgatório, onde apenas reina o cativo do corpo;  
o Céu, liberdade eterna.  
O negro há de migrar por esses lugares para alcançar a salvação. Nessa geografia não há lugar para quilombos, pois o lugar da libertação é o engenho, mesmo." (Hoornaert, 1988:21)

A incorporação desses elementos religiosos e míticos, herdados do discurso teológico medieval, aliados à visão do trabalho manual como atribuição de homens de pouca valia, herdada do dualismo antropológico platônico, vai consolidar no imaginário social uma representação da escravidão como virtude, resignação ou sacrifício em favor da salvação da

alma, impondo-se como justificativa do escravismo brasileiro e legitimando as práticas escravistas com todas as suas arbitrariedades.

Tudo isso fazia com que, não raras vezes, houvesse uma percepção diferenciada da situação de escravidão. O escravo, nascendo e crescendo nesse contexto, organizava seu sistema de ações e expectativas conforme o sistema de ações e expectativas do senhor, pois o padrão branco dominava tudo. Dentro dele, a única forma do escravo melhorar um pouco sua condição de existência era aproximar-se o mais possível desse padrão. Nesse sentido, desenvolveu-se em algumas parcelas da população escrava um desejo de branqueamento e de afastamento dos valores africanos.

*"Todo esse jogo continha uma grande dose de violência explícita e simbólica que destruía o ethos africano para integrá-lo à nova ordem como escravo."* (Vainfas, 1986:43) Se constituía num violento processo de desculturação, despersonalização e desterritorialização. Esse mesmo autor nos diz que: *"esta socialização tinha uma natureza dupla: a condição de escravo com todas as exigências que tal condição acarretava e a condição de negro comum a todos os escravos, submetidos todos aos senhores brancos."* (Vainfas, 1986:35)

Esses estereótipos escravistas vão lentamente sendo selecionados como caracteres raciais e grupais, definindo os negros como os que são escravos ou de sua procedência. Então, a babárie, a preguiça, a vadiagem, atribuídos aos escravos para justificar os maus tratos e a aplicação de castigos com vistas a extração do sobre-trabalho são transferidos para os negros, característica física de todos os escravos. Daí que a cor se tornará a marca fenotípica decisiva para que o negro seja *"visto, sempre, como de outro grupo, como indivíduos inferiores ligados racial e socialmente aos escravos dos quais procedem."* (Ianni, 1988:152)

Assim sendo, mesmo após a *abolição*, a sociedade branca trata de rearticular os artifícios utilizados durante o período escravista para continuar dominando.

"O vigor do negro continua sendo seguro indício para ligá-lo aos trabalhos pesados; seu exotismo, causa de sua inadaptação à sociedade que o acolhe; sua bondade, sinônimo de subserviência; seu esforço e possível sucesso, desejo de ser branco; sua resistência aos preconceitos e discriminações, sintoma de rebeldia." (Bojunga, 1980:92)

Como diz Ianni, "o negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. É o escravo que ganhou liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica." (Ianni, 1988:239)

E, ainda mais, as atitudes individuais ou ações coletivas de denúncia e resistência a esses preconceitos são vistas, pela sociedade, como manifestações de racismo do próprio negro. O discurso racista, calcado na ideologia da democracia racial, utiliza o mecanismo individual da introjeção da ideologia do branqueamento, por parte de alguns negros, para imputar ao próprio negro a responsabilidade pelo imaginário social construído sobre si.

Desse modo, sem a devida análise dos mecanismos que produziram essa rede de sentidos, individual e coletiva, continua-se a reproduzir e construir um imaginário social onde, mesmo após a abolição e numa sociedade que se diz democrática e pluriétnica, negros e brancos continuam sendo reconhecidos e, muitas vezes, reconhecendo-se como inferiores e superiores, respectivamente.

### **3. Repercussões do imaginário social sobre o negro no campo educacional escolar**

As duas perguntas que servem de epígrafe inicial a este texto fazem parte do rol de piadas e expressões pejorativas circulantes na sociedade brasileira, sobre os negros.

Os depoimentos de algumas crianças são evidências concretas da produção e reprodução desse imaginário através da educação escolar.<sup>4</sup>

As primeiras imagens surgem quando elas denunciam expressões preconceituosas, dentre as quais se destacam: *negro sujo! Isso só podia ser coisa de negro! Que negrisse tu fizesse*, dentre outras. Além disso, relatam que são discriminados pelos colegas, nos brinquedos e, muitas vezes, rejeitados e ridicularizados pelos professores:

"Eu fico assim... observando, né? Tem gurias na aula que são amigas, conversam e tudo, mas na hora de brincar elas não tão nem aí... nem tão prá aquela ali que é morena;"

"Sabe? A gente sente que tem professores que não gostam de tocar na gente porque a gente é... assim... diferente da cor deles."

"Na aula mesmo, assim, tem professor que valoriza mais o branco que o negro. Vai só eles no quadro... eles no quadro... a gente sempre fica por baixo, prá trás, assim... por isso a gente já senta lá no fundo, fica bem lá naquele canto";

"Também tem colegas que se a gente senta na frente e precisa levantar, logo eles dizem: senta negro! Teu pretume não me deixa enxergar! Por isso a gente fica lá, quieta."

---

<sup>4</sup>As falas foram extraídas de minha Dissertação de Mestrado, intitulada *Resistência Negra e Educação: limites e possibilidades no contexto de uma experiência escolar*. Esses depoimentos fazem parte do Capítulo II, denominado *Um grupo de dança afro: a resistência nos limites de uma experiência*.

A professora coordenadora do grupo de dança do qual esses alunos participavam também relatou fatos semelhantes ao lembrar sua trajetória como aluna:

"Foi numa apresentação na escola. Fizeram um teatro - O Circo - e, logicamente, quando tiveram de escolher os representantes dos animaizinhos eu logo fui indicada para fazer o papel de macaco. Eu aceitei e adorei fazer o papel, fiz bem direitinho. Mas, as pessoas pegaram aquilo para usar como ofensa prá mim. Então, quando eu passava nos corredores as outras turmas diziam: Aí macaca! Aí Chita! Negro só pode fazer o papel de macaco, mesmo! Isso me chatava bastante. Eu fiquei exposta à escola toda."

Além dessas manifestações, no dia-a-dia escolar, também se ouve com freqüência as piadas pejorativas sobre negros.

Segundo o depoimento de vários alunos, parece que eles atribuem um papel fundamental, na construção desse imaginário, à forma como é trabalhada a disciplina de História.

"Na História que eles contam o negro sempre perde. Só contam que o negro foi tocado no tronco."

"A única coisa que a gente vê a única coisa que fala é: negro-escravo, negro-escravo. É só isso que a gente escuta falá. Eu acho que por isso tem muito racismo dentro e fora da escola. Por que é que o negro foi? Escravo. Que é que o negro é? Marginal"

"O que eu sei... é que os negros antes eram escravos, né? Então, naquele tempo todos os negros eram escravos, não tinha negro que não fosse. Então, acabou aquele tempo e tem gente, agora que acha: Bah!... é negro..."

Essas falas nos fazem lembrar o que Nilda Teves e Marisa Eizirik analisam:

"O Imaginário Social reflete a produção de sentidos que circulam na sociedade. (...) Isso é vivido de tal forma pelos agentes sociais que passa a representar para o grupo o sentido de verdadeiro. (...) Melhor dizendo, as relações hierárquicas da sociedade são apreendidas mediante cotidianos ritualizados, fazendo "crer" que elas são naturais." (Teves e Eizirik, 1994:7)

Capalbo também aponta que:

"Essa dinâmica do tempo, presente na imaginação, supõe a base material do já vivido, das experiências passadas, das lembranças,

da memória, da cultura sedimentada, da memória social, política, histórica, etc. Essa dinâmica da consciência do tempo é mais poderosa na imaginação do que na percepção." (Capalbo, s/d, :194)

Isto atesta a força do processo de ressocialização do africano em escravo e deste em negro. A idéia de negro, no Brasil, foi sendo construída paulatinamente nesse processo. Eis, porque, mesmo o negro tendo deixado de ser juridicamente um escravo, essa significação ainda permanece no imaginário das pessoas.

Também muitos alunos evidenciaram como esse imaginário se concretiza nas relações sociais mais amplas.

"No trabalho, o branco sempre consegue trabalho com mais facilidade e são sempre mais bem tratados."

"No trabalho tem diferença, também. Outro dia tava no jornal pedindo secretária de cor branca, negro não podia."

"A T.V. também influi. Na televisão falam assim... os negros são pobres, vivem em favelas. São sempre os negros que moram em lugares assim, que não seja bem prá pessoa."

A percepção dessa materialidade inclui a percepção da discriminação de classe.

"Os negros são discriminados, mas os brancos também. Tem uns brancos nessas zonas pobres aí, igual aos negros. Contra isso todo mundo tem que lutar unido."

"Não é só negro que é discriminado. Tem muitos brancos que também são. Só que prá mudar isso a luta tem que ser junta e separada. Junta porque todo mundo precisa de trabalho, de vida melhor e separada porque com o negro isso é pior."

Embora a clareza e a lucidez estejam evidenciadas em determinados aspectos, também pode-se perceber a introjeção desse imaginário, pelo próprio negro, através da identificação de uma imagem depreciativa de si.

Em muitos dos depoimentos aparecem expressões como: *negro do cabelo bom, ele não é negro, é marronzinho*. Outras vezes o que se observa são muitas reticências e silêncios antes de pronunciarem a palavra negro; alguns nem a pronunciam. Também são freqüentes algumas atitudes de *policimento*.

" Eu me lembro que quando saía com meninas negras eu mantinha um tipo de comportamento... procurava não fazer nada

que chamasse atenção das pessoas porque eu era negra e não queria que falassem de mim. Quando saía com meninas brancas o comportamento mudava, parecia que no meio delas eu me sentia mais segura, significava que eu era aceita."

Minha forma de reagir era manter a linha. Como eu sou negra tinha que manter uma conduta para não dizerem: Ah! É coisa de negro! Eu ouvia muito isso em casa; meu pai era muito disso. Eu tinha que ter uma certa conduta. Isso é terrível! O negro prá não sofrer discriminação tem que se policiar muito."

Através da comunicação verbal e não verbal dos atores envolvidos nesse estudo, percebe-se sentimentos variados que, em geral, se expressaram através de: angústia, mágoa, tristeza, inferioridade, vergonha, policiamento.

A partir desses depoimentos se pode inferir que, ao perpetuar os estereótipos e preconceitos através de mecanismos sutis, a escola exercita uma prática pedagógica produtora e reprodutora de imaginário social que contribui para perpetuar as relações sociais racistas entre brancos e negros, de modo que uns e outros continuem se identificando como superiores e inferiores, respectivamente.

Isso tudo faz lembrar o quanto a predominância dos valores civilizatórios europeus perdura, ainda hoje, numa escola que dentro de uma sociedade pluricultural, continua a reforçar a cultura oficial etnocêntrica branca.

Essa cultura é reproduzida através de práticas pedagógicas que envolvem não só aspectos relacionados aos conteúdos, mas ao conjunto das relações sociais que se estabelecem no cotidiano escolar. Concordando com Maria de Lourdes Bandeira que o que se constata é a presença forte de um imaginário escravista-colonial nessas relações escolares. Esse imaginário se enraíza em três significados e é assim explicitado:

"a instituição imaginária da sociedade brasileira está enraizada em três significados: *etnocentrismo* - base criadora da significação desqualificante e da desigualdade do outro; *colonialismo* - base criadora da significação da legitimidade da conquista e exploração; *escravismo* - base criadora da significação da apropriação da liberdade da pessoa." (Bandeira, 1994:129)

Esse imaginário social, decorrente dessas três bases de significação, possui força unificadora fazendo com que a sociedade brasileira seja o que é - uma sociedade cujo foco de produção simbólica se orienta no sentido da sujeição que se revela no *mandonismo* de uns e na obediência de outros. A

autora conclui sua reflexão chamando atenção para o fato de que a presença desse imaginário impregnando as relações escolares aponta para a atualidade da questão da cidadania como um fim educacional. (Bandeira, 1994)

Por outro lado, "os estereótipos sociais produzidos pelo imaginário social, reforçados pelos meios de comunicação de massa e pela educação, tais como *o índio brasileiro é burro porque não se desenvolveu como o americano, o favelado é assaltante, todo menino de rua é um pivete, o negro é preguiçoso* etc., se colocam para as consciências como expressões e objetos de reflexão." (Capalbo. s/d. :205)

É nesse sentido que retomando o que foi dito, no início, sobre o potencial criador do imaginário ou, como diz Castoriadis, "*imaginação produtiva*", pode se pensar na escola como uma instância que promova e ajude nessa reflexão.

É a partir dessa "possibilidade reflexiva que presentifica os estereótipos sociais produzidos pelo imaginário social que o imaginário funciona como elemento de autonomia, como propulsor da luta pela desmistificação, através do reconhecimento da sujeição dos homens às criações imaginárias da sociedade capitalista e pela superação do imaginário opressor e mistificador." (Castoriadis, Apud. Cordova, 1994:34).

Uma escola que se pretende formadora de cidadania deverá possibilitar a reflexão sobre elementos que extrapolem a mera questão formal da democracia dos direitos e deveres. Precisa, por exemplo, discutir o preconceito e o racismo, presentes na sociedade brasileira e encobertos pelo mito da democracia racial. É possível que através dessa reflexão se supere o imaginário opressor e mistificador que continua delegando, à maioria dos negros, posições subalternas na sociedade.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Rubem. **O que é Religião** 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 132p. (Primeiros Passos, 31)
- AQUINO, Rubim dos Santos et all. **História das Sociedades Atuais**. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983. 376p.

- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *O Imaginário Escravista-Colonial nas relações escolares*. In: **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n.61, jan/mar. 1994. ps.123-133.
- BOJUNGA, Clóvis. **Encontros com a civilização brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 185p.
- CAPALBO, Creusa. **Fundamentos Filosóficos do Imaginário**.s/d. ps.180-220.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade** 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418p.
- CORDOVA, Rogério de Andrade. *Imaginário Social e Educação: criação e autonomia*. In: **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan/mar. 1994. p.24-43.
- COSTA, Maria Cristina de Oliveira. **O que todo cidadão precisa saber sobre democracia**. São Paulo: Global, 1986, 96p.
- DUSSEL, Enrique. **El dualismo en la antropología de la cristandad**. Buenos Aires: Guadalupe. 1974.
- FREITAS, Décio. **Escravos e Senhores de escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 176p.
- HOONAERT, Eduardo. **O negro e a Bíblia: um clamor de justiça**. Petrópolis: Vozes, 1988. 76p.
- IANNI, Otávio. **As metamorfoses do escravo**. 2 ed. rev. atual., São Paulo: HUCITEC, 1988. 271p.
- PESAVENTO, Sandra. *Imaginário social e utopia: um outro olhar sobre a história*. In: **500 anos de América: Imaginário e Utopia**, Porto Alegre: UFRGS, 1992. ps.7-11.
- PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1988, 196p.
- TEVES, Nilda Ferreira e EIZIRIK, Marisa Faermann. *Educação e Imaginário Social: revendo a escola*. In: **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan/mar. 1994. ps.5-13.
- TEVES, Nilda Ferreira. **O Imaginário na configuração da realidade educacional**. Mimeo. Palestra proferida por ocasião da I Jornada em Psicologia da Educação, FaE/UFPel, nov.94. ps.1-9.
- SILVA, Jacira Reis. **Resistência Negra e Educação: limites e possibilidades no contexto de uma experiência escolar**. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre:UFRGS,1992. 143p.
- VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986. 168p.